

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52.027 - RJ (2016/0242989-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : LEANDRO NOGUEIRA RIBEIRO LEITE
ADVOGADO : MARCO AURELIO DE OLIVEIRA - CE024350
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA
PROCURADOR : YASMIN ARBEX RIBEIRO E OUTRO(S) - RJ171814

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por LEANDRO NOGUEIRA RIBEIRO LEITE, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que denegou a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"AGRAVO REGIMENTAL – Previsão no Regimento Interno, artigo 124, § único do TJ/RJ. Decisão proferida pelo Relator que indeferiu o pedido liminar de reestabelecimento da ajuda financeira. Município de Volta Redonda. Aluno de Instituição Pública de Ensino Superior. Ausência de ilegalidade ou abuso de poder. Pagamento que deixou de ser efetuado, com base no Decreto 13.635/2015. Previsão de novos requisitos. Ausência de direito líquido e certo. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL NA FORMA DO ARTIGO 10 DA LEI Nº 12.016/2009.

AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO" (fls. 129e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em síntese, o equívoco do acórdão regional e, conseqüentemente, a ilegalidade do ato apontado como coator, na medida em que "impõe que seja reconhecida a ilegalidade da edição do Decreto nº 13.635/15, por se tratar de uma espécie normativa secundária que transborda da espécie primária que lhe dá suporte, o que se requer seja declarado" (fl. 145e).

Por fim, requer "que o presente Recurso Ordinário seja conhecido e provido, para cassar o Acórdão exarado pelo Tribunal Estadual a quo, e decidir desde logo o mérito da Impetração, nos termos do § 3º, do art. 1013, do CPC, devendo ser considerados implícitos os pedidos para liberação dos valores indevidamente suprimidos e a condenação em honorários advocatícios, na forma da legislação em vigor" (fl. 150e).

Contrarrazões a fls. 163/170e.

Em seu parecer (fls. 372/374e), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do Recurso Ordinário.

Com razão o Parquet Federal. A irresignação não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

Conforme se depreende da petição inicial do **mandamus**, o recorrente impetrou o presente remédio constitucional contra ato comissivo do Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Volta Redonda, objetivando o restabelecimento de pagamento da ajuda financeira prevista no Estatuto dos Servidores Municipais de Volta Redonda, eis que matriculado em Instituição Pública de Ensino, bem como o respectivo retroativo.

O Tribunal de origem ao indeferir a petição inicial, na forma do art. 10 da Lei 12.016/2009, o fez sob os seguintes fundamentos:

"A controvérsia consiste na existência ou não de direito líquido e certo do impetrante em ver reestabelecida a ajuda financeira concedida aos Servidores Públicos do Município de Volta Redonda, prevista no artigo 212 da Lei Municipal nº 1.931/84, que assim dispõe:

Artigo 212 - Fará jus o funcionário em exercício, aposentado ou em disponibilidade, Ajuda Financeira, a título de complementação de bolsa de estudo para si ou para seu filho, mediante comprovação de estar cursando Escola Superior.

§ 1º - A Ajuda Financeira de que trata este artigo corresponderá a uma quota mensal de 40% (quarenta por cento) sobre o piso salarial municipal, fixado no artigo 45 da Lei Municipal nº 1.975/85. Redação dada pela Lei Municipal nº 2.692, de 15.10.91

Ocorre que, embora a verba fosse regularmente paga em favor dos servidores ou de seus dependentes, bastando, apenas, que fosse comprovada a matrícula em Escola Superior de Ensino, em 22/09/2015 foi editado o Decreto Municipal nº 13.635/2015 que passou a restringir a concessão da ajuda, excluindo aqueles que gozavam de bolsa de estudos integral ou que estavam cursando nível superior em instituição pública de ensino. Tal assertiva se verifica no teor do Decreto nº 13.635/2015, que ora transcreve-se:

Artigo 1º - O complemento do pagamento da ajuda financeira previsto no artigo 212, da Lei Municipal nº 1.931, de 26/outubro/1984, não será devido ao estudante, seja servidor ou seu filho, que esteja em gozo de benefício de bolsa de estudo integral ou que esteja inscrito em cursos de nível superior em instituição pública de ensino.

In casu, o que se verifica é que o impetrante encontra-se cursando Ciências Contábeis na UFF, desta forma, conforme se extrai dos contracheques acostados aos autos, fez jus à referida verba no mês de junho de 2015, sendo certo que tal benefício foi expurgado de seus

vencimentos nos meses subsequentes.

Porém, essa situação, diferente do que fazer crer o servidor, não lhe confere direito líquido e certo, nem mesmo foi criada mediante ato ilegal ou com abuso de poder da autoridade impetrada, o que torna a via mandamental inadequada.

Isso porque, não restou atendido o disposto no artigo 1º da Lei 12.016/09, no que se refere à presença incontestada da ilegalidade ou abuso de poder do ato do Prefeito que suspendeu o pagamento da ajuda financeira ao impetrante, com base no Decreto nº 13.635/2015. Até porque, restou vedada a concessão da verba aos servidores que estivessem matriculados em instituição pública de ensino superior, que, também, é a hipótese dos autos.

Assim sendo, não há como se vislumbrar, que o impetrante possua direito líquido e certo a verba pleiteada" (fls. 104/105e).

Com efeito, o impetrante, servidor público do Poder Executivo do Município de Volta Redonda e, estudante do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense, percebia ajuda financeira, prevista no art. 212 da Lei Municipal 1.931/84 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Volta Redonda, **in verbis**:

"Artigo 212 – Fará jus o funcionário em exercício, aposentado ou em disponibilidade, ajuda financeira, a título de complementação de bolsa de estudo para si ou para seu filho, mediante comprovação, de estar cursando Escola Superior.

§ 1º - A ajuda financeira de que trata este Artigo corresponderá a uma quota mensal de 40% (quarenta por cento) sobre o piso salarial municipal, fixado no Artigo 45 da Lei Municipal nº 1.975/85.

Redação dada pela Lei Municipal nº 2.692, de 15/10/1991.

§ 2º - O pagamento da cota mensal será feito com o vencimento do funcionário"

Não obstante, o poder executivo local, ao regulamentar a lei supra, editou o Decreto 13.365/2015, que disciplinou as situações não contempladas pela ajuda financeira em questão, nos seguintes termos:

"DECRETO Nº 13.365, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

(...)

CONSIDERANDO que a previsão do art. 212, da Lei Municipal nº 1.931, somente contempla o pagamento de ajuda financeira como

complementação a bolsas de estudo, na forma prevista no referido dispositivo legal,

DECRETA

Artigo 1º - O complemento do pagamento da ajuda financeira previsto no artigo 212, da Lei Municipal nº 1.931, de 26/outubro/1984, **não será devido ao estudante, seja servidor ou seu filho, que esteja em gozo de benefício de bolsa de estudo integral ou que esteja inscrito em cursos de nível superior em instituição pública de ensino"**

Assim, tem-se que a edição do Decreto Municipal 13.635/15, teve por objetivo a alteração da forma de pagamento do benefício denominado Ajuda financeira, ajustando-o, a fim de que somente seja pago naqueles casos que estejam abrangidos pelo texto legal em que foi criado. Nesse sentido, afastou como beneficiários os servidores ou filhos dos servidores que estudam em instituição de ensino pública ou que recebam bolsa de estudo integral em instituição privada.

A par disso, não se olvide que a competência do Poder Executivo para regulamentação de Lei está positivada na Constituição Federal, em seu art. 84, IV:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

Logo, cabe ao Chefe do Poder Executivo, no exercício do poder regulamentar, a expedição de diretrizes para precisar os contornos da aplicação da lei, sem descuidar dos princípios norteadores da administração pública, bem como do cumprimento das políticas públicas adotadas, de forma a evitar abusos ou causar transtornos à gestão pública.

In casu, mostra-se razoável e legítimo o Decreto Municipal questionado pelo impetrante, mormente quando "A restrição à concessão do benefício de ajuda financeira àqueles já beneficiados com bolsa de estudos integral e os que estejam inscritos em instituição pública de ensino decorre do princípio da moralidade administrativa, da razoabilidade, da impessoalidade, da eficiência e da economicidade da gestão pública" (fl. 374e), como bem assinalado o Ministério Público Federal em seu parecer.

Desse modo, ausente ilegalidade ou abuso de poder no ato acoimado de coator, não há que se falar em direito líquido e certo a amparar a pretensão autoral, o acórdão recorrido não merece reparos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do RISTJ, **nego provimento** ao presente Recurso Ordinário.

Superior Tribunal de Justiça

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora